

REPRESENTAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS NEGROS NOS CRONISTAS DO PERÍODO DA ABOLIÇÃO E NOS DIÁRIOS DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Luciana Paiva Coronel¹

Resumo: O trabalho apresenta uma descrição das dificuldades de sobrevivência da população negra no contexto histórico que se seguiu à Abolição da escravatura, no final do século XIX, a partir de relatos de cronistas, viajantes e autores da época. Oferece igualmente um paralelo entre a situação dos ex-escravos no cenário em que o trabalho livre era instaurado no Brasil e a situação dos negros no período mais contemporâneo dos anos 50, em que o país se industrializava e modernizava, a partir dos diários da papeleira mineira Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de despejo*, publicado em 1960.

Palavras-chave: negritude, pobreza, marginalidade, representação, modernização excludente.

Abstract: This study describes the survival difficulties faced by black people in the historical context that followed the abolition of slavery in the end of the 19th century. It is based on reports made by contemporary chroniclers, travelers and writers. This study also compares the situation of both former slaves in the same scenariowith black people in the modern 1950s, when the country was getting more industrialized and modern. This comparison is built on Carolina Maria de Jesus' diaries. She was a wastepaper picker and a writer from Minas Gerais, Brazil, and she wrote *Beyond all pity*, which was published in 1960.

Key words: negritude, poverty, marginalization, representation, exclusionary modernization.

Conforme demonstra Emília Viotti da Costa em *Da monarquia à República*: momentos decisivos, a Abolição da escravidão no país, ocorrida em 1888, foi promovida por brancos e por mulatos e pretos que tinham sido assimilados pelas elites. Liberando os brancos do peso da escravidão e abandonando os ex-escravos à sua própria sorte, ela beneficiou mais uma vez as elites e sua clientela. A República, instaurada no ano seguinte, não traria melhor sorte aos recém-libertos. José Murilo de Carvalho analisou em *Os bestializados* o caráter elitista do novo regime, que pretendia instaurar a cidadania no país a partir de um golpe de Estado a que o povo assistiu de longe.

1. Luciana Paiva Coronel é professora de Literatura Brasileira na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em cujo Programa de Pós-Graduação em História da Literatura desenvolve o projeto de pesquisa Vozes marginais na literatura brasileira dos anos 60 ao presente. Email: lucianacoronel@furg.br.

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

Já em 1893, quando a República brasileira dava os seus primeiros passos, o crítico literário Sílvio Romero denunciava o novo regime como incapaz de fundar no Brasil “uma república democrática livre”. Alguns anos mais tarde, em 1910, na mesma linguagem candente, Romero comentava que: “ignorância, pauperismo, miséria, opressão reinam por toda parte.” (Apud COSTA, 1977, p. 17)

Não era o intuito construir um país mais justo, oferecendo as benesses do desenvolvimento econômico às camadas mais carentes da população nacional. A República significava um progresso político que manteria em boa medida as iniquidades sociais do país. Implicava virar rapidamente a página do passado, construindo uma nova ordem sem vínculos aparentes com a história pregressa. O completo abandono dos ex-cativos, para os quais não se abriam os novos postos de trabalho no mercado da mão de obra livre que se instituía, comprova esta perspectiva.

Tais postos foram destinados aos imigrantes europeus, vistos nesse contexto pelas autoridades brasileiras como símbolos das transformações que ocorriam, inclusive pela cor de sua pele. A entrada desses trabalhadores livres estrangeiros no país ocasionava o que à época chamou-se o “branqueamento” da força de trabalho nacional, do qual decorria o esperado “branqueamento da raça”.

Havia pressa em que o país se liberasse da carga do passado escravista. Já a letra de nosso hino à República, escrito pelo poeta Medeiros e Albuquerque em 1890, oferece interessante exemplo desta urgência em inaugurar com o novo regime, não apenas um novo sistema político, mas um novo tempo em terras brasileiras: “Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país.” (Apud SCHWARZ, 1992, p. 20).

O país se modernizava, se urbanizava e aos poucos se industrializava também. Os ex-escravos, por sua mera existência, constituíam um anacronismo para os arautos dessa modernização acelerada. Estudiosa do período inicial da República e do contexto pós-abolição, Maria Cristina Wissenbach analisa esta necessidade de apagamento do elemento negro, identificado com o passado escravista do país:

A cidade moderna devia ser entendida como uma cidade sem memória, sem as tradições e os laços que a uniam ao passado. Da mesma forma que o negro passou a ser visto como um ser a-histórico, assim também passaram a ser vistas suas manifestações, seus padrões de organização, suas velhas tradições, que remontavam ao passado étnico e da escravidão. Subjacente a essa visão, uma concepção do negro como um

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

ser anômalo nos novos tempos, por suas tendências ao desregramento e à desorganização, existia uma ideia recorrente de tratá-lo como vazio de experiências e aprendizados; na visão de muitos, o negro ressurgia, assim, no período pós-Abolição, como um ser vindo do nada, do vazio deixado pela escravidão e que, posteriormente, seria preenchido pelo conceito igualmente vago da marginalidade social. (In: SEVCENKO, 1998, p. 97 e 99).

A autora refere no mesmo texto comentário de L. Gaffe acerca do que ocorria no dia seguinte ao decreto da Libertação. Neste dia, negros e negras deixaram os locais onde tinham vivido por longo tempo como escravos e dirigiam-se às cidades próximas. A maior parte desses novos cidadãos livres tinha pequenas economias. O seu primeiro ato foi correr às lojas de calçados. A escravidão não lhes dava o direito de se calçar, e parecia claro a eles que iriam se equiparar aos seus senhores de ontem usando, como eles, botas e borzeguins. A esse respeito comenta o viajante: “O primeiro gesto da liberdade foi então aprisionar os pés nas formas escolhidas e, por consequência, mais ou menos adaptadas...” (In: SEVCENKO, 1998, p. 53).

A condição de homem livre seria concretizada, de imediato, na realização de desejos e na posse de objetos que lhes haviam sido proibidos quando eram escravos. E como às vezes os sapatos não serviam nos pés, La Gaffe relata que negros e negras nas cidades para as quais se dirigiam, passavam com uma postura altiva, descalços, mas levando um par de sapatos por vezes à mão, como um porta-joias valioso, ou por outras, a tiracolo, como bolsas.²

Cerca de setenta anos após a Abolição, Carolina Maria de Jesus registra na primeira página de seu diário publicado em livro com o título *Quarto de despejo*: “Quinze de julho de 1955: Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.” (JESUS, 2007, p. 11).

Sapatos são um tema recorrente na obra, que representa a escravidão atual identificada com o fardo do custo de vida. Quase três anos após o primeiro registro

² Baseado nessa narrativa, Roger Bastide falaria sobre o chamado “complexo do sapato” em seu artigo: “Estudos afro-brasileiros – o cerimonial da polidez”. Revista do arquivo Municipal, 1946, p. 93.

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

comentado, consta do mesmo diário no dia vinte e oito de maio de 1958 a seguinte anotação: “Estou com frio. E não tenho sapato para calçar. Os sapatos dos meninos estão furados.” (JESUS, 2007, p. 46). Menos de um mês mais tarde, em dezenove de junho do mesmo ano, o problema persistia na cena familiar: “O José Carlos não quer ir na escola porque está fazendo frio e ele não tem sapato. Mas hoje é dia de exame, ele foi.” (JESUS, 2007, p. 67).

Dois dias após, Carolina relata com entusiasmo ter conseguido finalmente comprar sapatos para a filha. A reação desta é bastante enfática: “Ela sorriu e disse-me que está contente comigo e não vai comprar uma mãe branca.” (JESUS, 2007, p. 68). Se a filha estava temporariamente satisfeita com seus sapatos, não era esse o caso da mãe, que relata em quatorze de agosto do mesmo ano:

No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com esses olhares. Não entristeço. Quis saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliquei-lhe que a mãe dos meninos havia dado-me uns jornais. Era este o motivo da minha presença no elevador. (...) O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador. (JESUS, 2007, p. 110)³

Há ainda muitas outras referências ao problema da falta de sapatos nos diários de Carolina. Parece digna de menção, por seu teor diferenciado, o diálogo levado pela filha da autora com seu sapato. A papeleira mineira relata em treze de julho de 1959 que a filha dissera ao mesmo: “-Sapato, não acaba que depois a mamãe custa a comprar outro.” (JESUS, 2007, p. 183). Este tipo de conversa inusitada não é na obra apenas uma peculiaridade infantil. Também a mãe, em situação de desespero, enxota diretamente a miséria no dia trinta de julho de 1959: “Gritei: vai embora, miséria!” (JESUS, 2007, p. 186).

Carolina, como os escravos brasileiros nos séculos anteriores, estava privada de sapatos. E vivendo em um estado de miséria bastante pior do que o dos primeiros libertos. A Abolição trazia seus frutos planejados: encarregados do próprio sustento, os trabalhadores livres perderam todas as garantias de sobrevivência outrora asseguradas

3. Manteve-se no livro a grafia original de Maria Carolina, que estudara apenas até o segundo ano primário. Erros ortográficos, entre outras falhas gramaticais, comparecem com frequência em seu texto.

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

pelos senhores, como a moradia e a alimentação. Ganharam a liberdade, palavra vaga que geralmente significava desamparo à vasta população dos libertos.

Maria Cristina Wissenbach comenta que exibição como a dos sapatos que La Gaffe presenciou em São Paulo foi vista por Pierre Verger entre os forros da Bahia, só que estes, além de se calçarem e se vestirem como seus ex-senhores, traziam consigo guarda-chuvas, signo de dignidade social africana. Também no sul do país, em Desterro, Santa Catarina, os jornais comentavam comportamentos similares dos ex-escravos nas comemorações que se seguiram ao 13 de maio. (In: SEVCENKO, 1998, p. 54).

Em doze de agosto de 1959, Carolina Maria de Jesus relata: “troquei-me e fui receber o dinheiro do pai da Vera. Fui na chuva porque não tenho guarda-chuva.” (JESUS, 2007, p. 179). Em quatorze de junho do ano anterior já comentara: “O dia que chove eu sou mendiga. (...) Ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos.” (JESUS, 2007, p. 62).

A chuva impede Carolina de trabalhar, obrigando-a a mendigar. Mais uma vez, percebe-se que a situação de uma mulher brasileira negra e pobre nos anos 50 tem muita semelhança com a precariedade que marcava a situação da escravidão, talvez seja mesmo ainda mais precária no cenário contemporâneo do que outrora no cativo, quando a alimentação básica era provida pelos senhores. O desenvolvimentismo dos anos JK não contemplava os segmentos mais pobres da população, entre os quais abundam os descendentes dos escravos de outrora, agora livres e jogados à própria sorte.

Marieta Ferreira e Cláudia Mesquita analisam o projeto nacional desenvolvimentista da década de 50, conhecida como período dos “anos dourados”, nos quais um presidente particularmente popular, conhecido pela alcunha de “presidente bossa nova” prometia arrancar o país sair do atraso. Dizem as autoras:

Após o fim da Segunda Guerra, e sobretudo a partir dos anos 50, o Brasil passaria por mudanças significativas em sua estrutura produtiva. Houve uma maior diversificação da atividade industrial, que sofreu um impulso ao longo do conflito mundial devido à necessidade de substituição das importações. Ao mesmo tempo que a indústria se fortalecia, o Estado passava a assumir um papel fundamental, implementando políticas de desenvolvimento econômico. Esse processo, iniciado no governo Vargas (1951-1954) e acelerado no governo JK, correspondeu em certo sentido ao surgimento de novos segmentos intelectuais com perfil diferente daqueles

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

de formação essencialmente humanística. Surgiam novos grupos de influência constituídos por profissionais com conhecimentos técnico-científicos, muitos deles engajados na formulação de políticas de desenvolvimento. Paralelamente, intensificava-se o processo de formação de uma sociedade que reclamava não só bens de consumo, mas também bens culturais. (FERREIRA, MESQUITA, 2001, p. 2).

O diário de Carolina Maria de Jesus revela o outro lado da euforia desenvolvimentista: miséria, endividamento nacional, concentração de riqueza em termos sociais e geográficos, precariedade habitacional, educacional e médica. O Brasil crescia, mas a riqueza não seria redistribuída. A sedução dos “50 anos em 5” era restrita aos segmentos médios da população, ávidos pelo acesso aos bens de consumo, cuja produção de fato aumentava significativamente em função do Plano de Metas governamental.

No que diz respeito ao espaço social de habitação, como assinalou J. B. Borges Pereira em “A cultura negra: resistência de cultura à cultura de resistência” (Apud WISSENBACH, p. 99), após a Abolição os negros distribuíram-se por um espaço comum a outros grupos étnicos da sociedade brasileira. Nas zonas rurais, nos espaços da economia de sobrevivência ou em torno das monoculturas, as populações negras misturaram-se às largas camadas de populações nacionais já mestiçadas com o elemento índio e com o próprio negro, aderindo ao estilo de vida dos homens livres. A conjuntura histórica em que se deu o final do regime escravista propiciou esta mescla entre populações livres e pobres, acentuando ainda mais a fisionomia mestiça da sociedade brasileira.

Nessa época, o aumento da população nas grandes cidades ocorreu sem que houvesse uma correspondência na expansão da infraestrutura citadina e na oferta de empregos e de moradias, transformando esse crescimento menos num desenvolvimento e mais num inchaço, o que acentuou o contraste entre as desigualdades sociais que ali se fizeram presentes. Maria Cristina Wissenbach sintetiza esse cenário com muita propriedade: “As cidades cresceram na multiplicação da pobreza, das precárias condições de vida e principalmente na diversidade de tipos étnicos e sociais que compunham as chamadas camadas populares.” (In: SEVCENKO, 1998, p. 87).

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

O Canindé, favela erguida às margens do rio Tietê na década de 50, outro período marcado por um crescimento econômico tão acentuado quanto excludente, pode ser entendido como um produto da miséria das camadas mais pobres das populações de trabalhadores urbanos. Ali igualmente misturam-se brancos e pretos pobres. A maior parte deles, como é o caso da autora dos diários, é egressa de outros estados, tendo vindo à metrópole paulista atrás da ilusão de melhores condições de vida. O êxodo rural, entretanto, não proporcionou uma vida digna à maior parte dos retirantes, sejam pretos, brancos ou mestiços. Relata Carolina em três de junho de 1958:

A favela hoje está quente. Durante o dia a Leila e o seu companheiro brigaram. O Arnaldo é preto. Quando veio para a favela era menino. Mas que menino! Era bom, iducado, meigo, obidiente. Era o orgulho do pai e de quem o conhecia. (...) Mas o Arnaldo transformou-se (...). Ficou estúpido, pornográfico, obsceno e alcólatra. Não sei como é que uma pessoa pode desfazer-se assim. Ele é compadre da Dona Domingas. (...) Dona Domingas é uma preta boa igual ao pão. Calma e útil. (JESUS, 2007, p. 52).

Também em vinte e cinco de junho de 1959 o registro é sobre o convívio nada amistoso de pretos e brancos pobres na favela: “Ouvi as crianças dizendo que estavam brigando. Fui ver. Era a Nair e a Meiry. A Nair é branca. A Meiry é preta. Já faz tempo que a Meiry anda prometendo que vai bater na Nair. A Meiry é temida porque anda com gilete. E ela foi bater na Nair e apanhou. A Nair rasgou-lhe as roupas, deixando-lhe nua.” (JESUS, 2007, p. 73).

Acerca das condições de vida dos ex-escravos, os relatos recolhidos por Maria Cristina Wissenbach trazem informações sobre as suas moradias, no geral choças construídas de pau a pique, de barro a sopo, ou de adobe, cobertas de sapé ou de qualquer outra palha existente na região: a descrição das habitações de moradores negros, caboclos e sertanejos repete-se com uma certa uniformidade nos relatos de cronistas, nas impressões de viajantes e nos relatórios de expedições sanitárias. Mais uma vez o viajante Gaffre mostrou-se sensível para captar os detalhes de uma delas:

(...) um quadrilátero de quatro a cinco metros de largura e dois metros de altura sob a caída do teto; as paredes em talos de bambu recobertos de terra vermelha seca; o teto coberto desta palha proporcionada pela erva prateada e rugosa da região. Nenhum móvel no interior. Em um canto da palhoça, uma esteira à terra sobre a qual se estendem umas vagas

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

cobertas. Em outro, cerca de meia dúzia de tijolos dispostos para permitir acender o fogo e pousar os utensílios. E, por sua vez, como utensílios e bateria de cozinha, um tacho negro perto do qual fumegava o gargalo ensebado de uma chaleira. (In: SEVCENKO, 1998, p. 64).

Audálio Dantas, o jornalista que no final da década de 50, em visita à favela do Canindé, situada então às margens do rio Tietê, em São Paulo, descobriu a autora e mediu a publicação das suas anotações em livro, descreve o barraco da Carolina em prólogo da primeira edição da obra intitulado “Nossa irmã Carolina”:

O barraco é assim: feito de táboas, coberto de lata, papelão e táboas também. Tem dois cômodos, não muitos cômodos. Um é sala-quarto-cozinha, nove metros quadrados, se muito for; e um quartinho bem menor, com lugar para uma cama justinha lá dentro. (...) Tem mais coisas dentro dele, que a luz da janelinha deixa agente ver: um barbante esticado, quase arrebitando de trapos pendurados, mesinha quadrada, táboa de pinho; e fogareiro de lata, e lata-de-botar água, e lata-de-fazer-café e lata-de-cozinhar; tem também guarda-comida escuro de fumaça e cheio de livros velhos; e mais duas camas (...).

Isto é o barraco dentro. O barraco fora é como todos os barracos de todas as favelas. Feio como dentro. As táboas estão escuras, de velhas. (In: JESUS, 1960, s/n.)

A própria autora tece comentários acerca da precariedade de seu barraco. No dia dezessete de julho de 1955, ela refere: “Quando despertei, os raios solares penetrava pelas frestas do barracão.” (JESUS, 2007, p.16). Quase três anos depois, Carolina continua reclamando da precariedade da moradia: “25 de junho: Voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As táboas negras e podres. Pensei: está igual a minha vida!” E em seguida, para completar: Orlando cortou a luz. (JESUS, 2007, 167).

Os registros de inconformidade são frequentes: em vinte e três de agosto de 1958, a mãe de Vera Eunice conta: “acordei várias vezes na noite, com as pulgas que penetra nas nossas casas, sem convite.” (JESUS, 2007, p.117). Em onze de maio de 1955: “O barraco está cheio de pernilongos. Eu vou acender uma folha de jornal e passar pelas paredes. É assim que os favelados matam mosquitos” (JESUS, 2007, p.31).

Em cinco de janeiro de 1958 diz a escritora do Canindé que está ficando louca com as goteiras nas camas, “porque o telhado é coberto com papelões e os papelões já

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

apodreceram. As águas estão aumentando e invadindo os quintais dos favelados.” (JESUS, 2007, p.151). No dia seguinte, com certa ironia, comenta que “a favela é a cidade náutica, (...) a Veneza Paulista”. Mais adiante, relata a autora que “o sr. Manoel (...) penetrou na água para chegar até o meu barracão. Resfriou-se.” (JESUS, 2007, p. 147).

Na passagem do século XIX para o XX, quando da recente libertação dos escravos, a ocupação desordenada do solo urbano, acentuada com a explosão demográfica, obrigou os recém-libertos a instalarem-se nos interstícios das cidades – fundos de vales, várzeas dos rios, mangues, tomando conta da periferia das grandes cidades. Mais uma vez é Maria Cristina Wissenbach que caracteriza, a partir de relatos de época, o habitat preferencial dos ex-escravos no período pós-Abolição: “Vivendo às margens dos rios, seus hábitos contribuíram para alastrar ainda mais o impaludismo e as infecções intestinais.” (In: SEVCENKO, 1998, p. 67).

Diz Carolina em sete de junho de 1958: “Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. (...) Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (JESUS, 2007, p. 55). Não bastassem as semelhanças já assinaladas entre as condições de vida da família da papeleira mineira na metade do século XX e as condições de vida dos negros durante a vigência da escravidão e no período que se seguiu imediatamente à Abolição, é possível apontar ainda vários pontos de afinidade entre ambos os contextos, distantes cerca de sessenta anos. Durante esse período, como se pode perceber ainda no que diz respeito às doenças, muito pouco se alterou a situação miserável da população descendente dos ex-escravos brasileiros.

Em 9 de junho de 1958, conta Carolina em seu diário (JESUS, 2006, p. 58) que a Secretaria da Saúde foi à favela passar um filme sobre a esquistossomose, chamada por ela “doença anêmica”. Os agentes de saúde alertaram que as águas do rio deviam ser evitadas, pois as larvas desenvolviam-se ali e igualmente mandaram os favelados fazerem mictórios em suas casas. É possível verificar por meio das informações contidas no diário que tais orientações não foram seguidas, inclusive por falta de recursos. A autora conta em onze de junho de 1958 que já faz seis meses que não paga a água, que custa 25 cruzeiros por mês (JESUS, 2006, p. 58). Esta água, inclusive, não é encanada, tendo a

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

autora que buscá-la na bica, onde as mulheres se aglomeram e batem boca todas as manhãs, com baldes e bacias nas mãos.

Segundo Maria Cristina Wissenbach, o que havia de mais significativo na organização das vidas dos ex-escravos e de seus descendentes era “o convívio apertado pela pobreza, a mistura de gerações e as atividades feitas em conjunto. O cotidiano das classes populares era sem dúvida marcado por tensões, conflitos e brigas domésticas agravadas por uma vizinhança extremamente próxima e pelas duras condições do sobreviver.” (In: SEVCENKO, 1998, p. 102-103).

Tal convívio social involuntário e problemático, que redimensiona a noção corrente de privacidade, é seguidamente referido nas páginas do diário: “Às vezes eu saio, ela [a vizinha D. Rosa] vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas.” (JESUS, 2007, p. 16). Em trinta e um de maio de 1958, a mãe de José Carlos oferece uma síntese geral das condições de vida na favela: “Isto aqui é lugar para os porcos. Mas se puzessem (sic) os porcos aqui, haviam de protestar e fazer greve.” (JESUS, 2007, p. 49).

Infere-se das anotações da papelreira não haver saneamento básico na área em que vive, sendo os excrementos humanos depositados em “vasos”, que podem ser esvaziados nas casas das vizinhas, em caso de desentendimento. Tampouco dispõe a autora de materiais de limpeza adequados para manter a higiene da casa e de si própria. Assim ela relata: “não tem sabão para lavar as louças: Digo louça por hábito. Mas é latas.” (JESUS, 2007, p. 43). E também: “Não fiquei revoltada com a observação do homem desconhecido referindo-se à minha sujeira. Creio que devo andar com um cartás nas costas: se sou suja é porque não tenho sabão.” (JESUS, 2007, p. 99).

Com um nível tal de insalubridade, o quadro habitacional apresentado na obra configura um cenário de horror, no qual o mau cheiro impregna tudo: “As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que se mescla com o barro podre.” (JESUS, 2007, p. 38). Nessas condições, o álcool parece ser um importante paliativo para aplacar a tristeza: “O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga” (JESUS, 2007, p. 48).

Diante das deficiências mencionadas, o resultado não poderia ser mais previsível: doenças por toda parte. Relata Carolina o problema em sua rotina: “O José Carlos está

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

mais calmo depois que botou os vermes, 21 vermes.” (JESUS, 2007, p. 60). Desassistidos pelas autoridades médicas competentes, os favelados inventam soluções caseiras para tratar dos seus males, tal como faziam seus antepassados cerca de sete décadas antes.

O artigo de Maria Cistina Wissenbach traz informações a esse respeito: “Diante da ausência de boticas e de médicos, as populações rurais enfrentavam a adversidade das doenças com receitas caseiras, com folhas e raízes encontradas nas matas, com excrementos dos animais misturados, no mais das vezes, com simpatias e orações.” (In: SEVCENKO, 1998, p. 69). Os relatos da papeleira mineira em *Quarto de despejo* apresentam idêntico tratamento às doenças, conforme lê-se, por exemplo, no dia dezesseis de junho de 1958: “O José Carlos está melhor. Dei-lhe uma lavagem de alho e um chá de ortelã. Eu zombei do remédio da mulher, mas fui obrigada a dar-lhe porque atualmente a gente se arranja como pode. Devido ao custo de vida, temos que voltar ao primitivismo.” (JESUS, 2007, p. 65).

O “primitivismo” medicinal mencionado pela autora dá margem a inúmeros sofrimentos, conforme lê-se no diário do dia seguinte: “A Vera vomitou um verme. (...) Estou nervosa com medo da Vera piorar, porque o dinheiro que eu tenho não dá para pagar médico.” (JESUS, 2007, p. 65). Dois dias depois, o problema continuava: “A Vera ainda está doente. Ela disse-me que foi a lavagem que eu dei-lhe que fez mal.” (JESUS, 2007, p. 65). E adiante, ainda agravava-se: “Ela [Vera] estava coçando-se e com a pele toda irritada. Acho que foi o chá de alho que lhe dei. Jurei nunca mais dar-lhe remédios indicados por lavadeiras de hospitais.” (JESUS, 2007, p. 68).

A ausência do poder público só não é total porque a autora menciona em certo dia a presença do Serviço de Saúde recolhendo as fezes dos favelados, diante da grande quantidade de casos positivos de esquistossomose na zona. Ela só lastima que o mesmo não distribua os remédios que curariam a população carente do Canindé, invariavelmente sem verbas para adquiri-los.

Um dos problemas que mais agravava a disseminação de doenças na área habitacional de Carolina era a precariedade alimentar dos habitantes dos barracões da vila, quase sempre expostos à situação da fome. Diz a escritora em vinte e quatro de julho de 1959: “Os meninos ganharam uns pães duro, mas estava recheado com pernas de

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

barata. Joguei fora. (Jesus, 2007, p. 100) Também: Em dois de agosto do mesmo ano: “As mulheres vasculham o lixo procurando carne para comer. E elas dizem que é para os cachorros. Até eu digo que é para o cachorros” (JESUS, 2007, p.105).

O problema da falta de comida é recorrente, conforme se constata a partir dos registros de três de agosto de 1958: “Dona Nenê deu-me polenta com frango. E já faz uns dez anos que eu não sei o que é isso.” (JESUS, 2007, p. 106). E também de nove de setembro do mesmo ano: “No Frigorífico eles não põe mais lixo na rua por causa das mulheres que catavam carne podre para comer.” (JESUS, 2007, p. 122).

Resgatando a alimentação da população pobre do final do século XIX, na qual se incluíam majoritariamente os ex-escravos, Maria Cristina Wissenbach refere que comiam o que produziam suas roças: principalmente a mandioca, o milho e o feijão. Entre as populações sertanejas, numa economia em que predominava a pecuária, a carne-seca e o jabá, misturado com farinha de mandioca e feijão era a base da alimentação.” (In: SEVCENKO, 1998, p. 75).

Conforme se pode constatar no cotejo esboçado entre as condições de vida dos escravos durante e logo após a Abolição em relação às condições de vida de Carolina Maria de Jesus e sua família nos anos 50 do século XX, poucas foram as melhorias dignas de menção na situação sócio-econômica dos negros brasileiros ao longo de setenta anos. É como se a História se tivesse estagnado. Os mesmos foram segregados em termos espaciais, sociais e econômicos. No âmbito da política, adquiriram o direito ao voto, tornando-se cidadãos de segunda categoria em uma República marcada pelo clientelismo e pelo coronelismo.

A interrogação de Sérgio Buarque de Hollanda, em análise do advento da República, pode ser considerada síntese do que se pretendeu apresentar no presente estudo: “Como esperar transformações sociais profundas em um país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?” (Hollanda apud Costa, p. 290).

Nem a Abolição da escravidão, em 1888, nem a proclamação da República, em 1889, lograram atender às necessidades da vasta população dos ex-escravos que viviam

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

no país no final do século XIX. Tampouco a euforia desenvolvimentista do período JK logrou atender, nos anos 50, às necessidades da população mais pobre do país, dentro da qual se incluem largamente os descendentes daqueles. É a eles que cabe contemporaneamente o desafio de “converter sua emancipação em realidade”, nas palavras de Emília Viotti da Costa (2008, p. 12).

Enfim, exclusão, miséria, violência, preconceito e fome configuram a herança do escravismo, presente nos dois momentos estudados. Os relatos de viajantes a respeito da conjuntura do final do século XIX e os diários de Carolina Maria de Jesus, redigidos ao longo dos anos 50, apontam a manutenção de um quadro social assustadoramente similar. Isto porque, no dizer de uma das maiores especialistas no tema:

Se a lei lhes garantia o *status* jurídico de homens livres, ela não lhes fornecia os meios para tornar sua liberdade efetiva. A igualdade jurídica não era suficiente para eliminar as enormes distâncias sociais e os preconceitos que mais de trezentos anos de cativeiro haviam criado. A Lei Áurea abolia a escravidão mas não o seu legado. Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma penada. A abolição foi apenas o primeiro passo na emancipação do negro. (COSTA, 2008, p.12)

É este triste quadro que políticas públicas recentes dentro do cenário histórico do Brasil contemporâneo, como a das cotas para o vestibular nas universidades e a das vagas preferenciais para cargos previamente determinados, pretendem atacar. É este triste quadro que cabe a todos os brasileiros pelo menos conhecer. O presente artigo pretende oferecer uma pequena contribuição nesse sentido. Para que se possa efetivamente construir a emancipação do povo brasileiro do peso deixado pelo passado escravista.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das letras, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

Literatura e Autoritarismo

Identidade, memória e representações culturais

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

DANTAS, Eudálio. “Nossa irmã Carolina”. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 6. ed. Vol 1 da série Contrastes e confrontos. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MESQUITA, Claudia. Os anos JK no acervo da Biblioteca Nacional. In: PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). **BIBLIOTECA NACIONAL** (Brasil). Brasileira da Biblioteca Nacional-guia de fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001. il., p. 329-368.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor, as batatas**. 4. ed. São Paulo: Duas cidades, 1992.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. vol. 3: República: da Belle époque à era do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 50-130.